

PARECER Nº , DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO e INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 518, de 2009, do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, para transformar o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base.*

RELATOR: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão deve se pronunciar sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 518, de 2009, do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 10.683, de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para transformar o Ministério da Educação (MEC) em Ministério da Educação de Base.

Para tanto, o PLS em apreço transfere para o Ministério de Ciência e Tecnologia as competências e os órgãos do MEC relativos à educação superior, excetuando dessas transferências o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Colégio Pedro II (arts. 3º e 4º).

O prazo estabelecido na proposição para a entrada em vigor da lei sugerida é de 180 dias, contados a partir da data de sua publicação (art.5º).

De acordo com o proponente, a medida visa a inverter as prioridades hoje atribuídas pelo governo federal à educação básica e superior. Em sua opinião, o Ministério da Educação, “assoberbado de competências” ligadas ao ensino superior, tem relegado a segundo plano a educação básica, nível de ensino de extrema importância para as crianças e os jovens brasileiros.

A matéria foi distribuída também à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, em decisão terminativa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 518, de 2009.

II – ANÁLISE

Conforme se depreende do relatório acima descrito, a proposição intenta modificar uma norma legal que dispõe sobre a administração federal. Ainda que o tema da proposta, em seu aspecto mais geral, esteja relacionado à área de Ciência e Tecnologia, julgamos impeditiva qualquer análise de mérito da matéria, devido ao aspecto de inconstitucionalidade.

Com efeito, de acordo com o art. 61, § 1º, inciso II, alínea e da Constituição de 1988, *são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI.*

O art. 84, VI, em sua alínea a, estabelece que *compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.*

Enfim, entendemos que a transferência de atribuições e de órgãos de um ministério para outro configura, de modo inequívoco, ato próprio da administração federal, estando, assim, fora do campo de atuação legislativa do Congresso Nacional.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 518, de 2009.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator